

2018

**ENTRE “HISTÓRIA” E “HISTÓRIAS”: REPENSANDO AS
CONCEPÇÕES DE MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDENTIDADE EM
FRANÇOIS HARTOG**

**BETWEEN “HISTORY” AND “HISTORIES”: RETHINKING
THE CONCEPTIONS OF MEMORY, HISTORY AND IDENTITY
IN FRANÇOIS HARTOG**

**ENTRE “HISTORIA” E “HISTORIAS”: REPENSANDO LAS
CONCEPCIONES DE MEMORIA, HISTORIA E IDENTIDAD EN
FRANÇOIS HARTOG**

Fernanda Chamarelli de Oliveira¹

Resumo

O presente trabalho visa discutir as transformações ocorridas com as categorias de história, memória e tempo, de meados do século XVIII até o momento presente, bem como analisar como as diferentes formas dos indivíduos se relacionarem com as temporalidades de presente, passado e futuro, refletindo sobre a forma com que essa relação influencia diretamente nas concepções que tomam história e memória. Analisaremos como essas mudanças contribuíram para a construção e a busca por afirmação de diferentes identidades e na concepção da existência de múltiplas histórias.

Palavras-chave: História; regimes de historicidade; memória; identidade.

Abstract

The present work aims to discuss the transformations that have occurred with the categories of history, memory and time, from the mid-eighteenth century until the present time, as well as to analyze the different ways that individuals relate to the temporalities of present, past and future, reflecting on the way that this relationship influences directly in the conceptions of history and memory. We'll look at how these changes have contributed to the construction and the search for the affirmation of different identities, and in the conception of the existence of multiple histories.

Keywords: History; regimes of historicity; memory; identity.

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Resumen

El presente trabajo pretende analizar las transformaciones ocurridas con las categorías de la historia, la memoria y el tiempo, de mediados del siglo XVIII hasta el momento presente, así como analizar las diferentes formas en que los individuos se relacionen con las temporalidades de presente, pasado y futuro, reflexionando sobre la forma en que esta relación influye directamente en las concepciones que toman la historia y la memoria. Veremos cómo estos cambios han contribuido a la construcción y la búsqueda de la afirmación de diferentes identidades y en la concepción de la existencia de múltiples historias.

Palabras clave: Historia; regímenes de historicidad; memoria; identidad.

Introdução

Em meados do século XVIII, desenvolve-se um conceito de história mundial e uniformizadora a partir do movimento da ilustração e da revolução francesa. Caracteriza-se por ser uma história eurocêntrica, que vivencia um novo desenvolvimento do ser humano. Uma história que, de acordo com Koselleck (2006), passa a designar como um todo a soma de todas as histórias individuais, que passa a representar a condição prévia de toda a experiência. Esse novo conceito de história se caracteriza por uma visão de história mundial, que se referia a todo o globo e a todo gênero humano, e, portanto, todas as conexões existentes entre os diferentes territórios e os diferentes povos deveriam ser por ela explicadas.

Com o avanço do processo de globalização em finais do século XX, saberes e lógicas não ocidentais passam a ser amplamente conhecidos, e com isso surgem novas correntes historiográficas na tentativa de lidar com essa ideia. Segundo François Hartog (2014), novos debates sobre o sentido da história são travados e se inserem em um processo maior, que tem início em decorrência das duas guerras mundiais, associando-se diretamente a uma queda do otimismo europeu e da crença no progresso, estabelecidos pelo conceito moderno de história e pela filosofia da história em meados do século XVIII. Inicia-se assim um processo de ruptura com a história tradicional, que envolvia a crença de uma excepcionalidade europeia, ligada a fatores econômicos, políticos, sociais, culturais e religiosos.

O avanço da globalização traz à vista as diferenças, a busca por afirmação e reconhecimento e uma reivindicação por mais memória e identidade, além de uma desterritorialização.

2018

Indica também que a identidade e os valores culturais não estão ligados a uma região determinada por uma fronteira territorial, podendo estar presente em diferentes elementos que integram várias partes do globo. Sendo assim, com a globalização não se pode mais fazer referência a uma cultura unicamente regional ou a uma originalidade de cultura.

Os regimes de historicidade de François Hartog – repensando as categorias de história, memória, nação e tempo

François Hartog (2014) discute a crise do conceito moderno de história analisado por Koselleck, bem como as novas formas do homem relacionar-se com o tempo, evidenciando uma relevância dada ao tempo presente, uma valorização do imediatismo. O futuro passa a não ser mais percebido como o tempo do progresso e das profundas transformações, mas é visto, no entanto, como ameaçador, fazendo com que se tenha um presente em desaceleração.

O período entre 1750-1850 é considerado por Koselleck (2006) como o da gênese da modernidade. As transformações históricas ocorridas neste período fazem com que se estabeleça uma nova relação de tempo, e as experiências até então reconhecidas como possíveis não sejam mais entendidas da mesma forma, originando um espaço de experiências completamente diverso do antes contínuo e limitado. Ou seja, abre-se uma nova relação dos sujeitos históricos em relação ao passado e também ao futuro, pois se vislumbram novas e diferentes expectativas em relação a um tempo futuro aberto e repleto de possibilidades.

Para Hartog, a mudança nessa relação do homem com o tempo está diretamente ligada à queda do Muro de Berlim e a derrocada do ideal comunista. No entanto, o autor aponta a existência de fendas ocorridas em outros momentos nesta relação com o tempo, intervalos onde o tempo histórico aparentava estar suspenso, um tempo determinado pelo desconhecido. Entre estas fendas estão, por exemplo, tomando o caso europeu, as duas guerras mundiais. São períodos de profundas incertezas e caracterizados por uma crise em relação ao futuro e um forte questionamento do progresso do capitalismo.

O tempo, que antes se mostrava como o caminho para o progresso, passava a ser ele mesmo colocado em dúvida. O passado, apesar de não estar esquecido, não fornecia

2018

mais elementos para se imaginar o futuro e nem mesmo orientar o presente. O enxergar além se tornava, assim, árduo e a reação se mostrava mais presente que a ação.

O presentismo,² definido por Hartog como um presente onipresente, se caracteriza por uma experiência nova de tempo, um distinto regime de historicidade.³ Neste, não se vislumbra um futuro real, onde não se pode estabelecer projetos e metas, pois, ao contrário da relação com este estabelecida no regime de historicidade moderno – onde nele eram depositadas todas as expectativas em relação ao progresso, onde o passado era a fonte das experiências que engendravam essas expectativas –, no presentismo o futuro é obscuro e fonte de catástrofes que foram provocadas pelos próprios homens. Apesar do imediatismo, dos avanços tecnológicos e da mobilidade conquistados pelo mercado, existe uma forte dúvida sobre uma possível caminhada positiva para o futuro, fazendo com que o presente seja estagnante.

Ainda que o futuro se apresentasse sob esta perspectiva, os progressos tecnológicos apresentavam um reconhecido avanço e “[...] continuavam a galope enquanto a sociedade de consumo não parava de crescer, exatamente como a categoria do presente, da qual fazia seu alvo e que constituía, de alguma maneira, sua razão social” (HARTOG, 2014, p. 24). O futuro, que na conceitualização koselleckiana da experiência temporal da modernidade era o tempo que se desejava alcançar, o lugar do progresso e das conquistas, agora se faz cada vez mais presente, cada vez mais atual. Sendo o futuro uma dúvida, o presente deseja então se ver como já histórico, como se já fosse passado.

E como se relacionar então com o passado nesta nova forma de experimentar o tempo? Se antes a expectativa do futuro estava diretamente ligada às experiências do passado, ou seja, a experiência superava a expectativa, como definido por Koselleck (2006), já em meados do século XVIII – especialmente com o advento do Iluminismo, o contexto da Revolução Francesa e com a experiência da modernidade –, entra em cena

² Hartog distingue as definições de presente e presentismo. Enquanto presente se apresenta como uma das três temporalidades através das quais o homem experimenta sua relação com o tempo, o presentismo está relacionado a um presente em desaceleração, sem passado e sem um futuro real. Uma possível inédita experiência de se relacionar com o tempo, onde apesar de uma visível aceleração dada pelos avanços tecnológicos, há uma estagnação no tempo presente. O termo foi construído a partir de uma comparação com o “futurismo”, onde o futuro alcançava o lugar como a temporalidade mais importante. No entanto, após as incertezas deste futuro que está por vir, Hartog discute a possibilidade de se estar preso a um alargado presente, um presente onipresente (2014, p. 14-15).

³ Hartog define “regime de historicidade” como a forma com a qual uma sociedade humana formula sua consciência de si, sua forma de tratar seu passado. Acrescenta que também se trata da maneira de se relacionar com o tempo, ou seja, as diferentes relações estabelecidas com a experiência do tempo, a forma de ser no tempo (2014, p. 28-29).

2018

uma experiência diferenciada no que tange essas relações, onde o passado não determina mais o futuro e a cada novo plano se introduz um novo elemento, que não pode mais ser apenas objeto da experiência anterior. As experiências já não conseguem dar conta das expectativas do futuro e dos novos acontecimentos, e tem-se assim, no conceito de progresso, a apreensão mais adequada desta diferença entre experiência e expectativa.

No presentismo esse espaço de experiências permanece não se mostrando capaz de vislumbrar o futuro, pois estas não correspondem ao que foi anteriormente conhecido. O presentismo, desta forma, se apresenta como um dado tempo em que a distância entre experiência e expectativa atinge um limite máximo, dando lugar a um presente quase imóvel, que produz seu tempo histórico para si mesmo (HARTOG, 2014, p. 39).

Segundo Hartog (2014, p. 39-40),

Tudo se passa como se não houvesse nada mais do que o presente, espécie de vasta extensão de água agitada por um incessante marulho. É conveniente não falar de fim ou de saída dos tempos modernos, isto é, dessa estrutura temporal particular ou do regime moderno de historicidade? Ainda não sabemos. De crise, certamente. É esse momento e essa experiência contemporânea do tempo que designo presentismo.

Hartog (2014) destaca o papel exercido pelo mercado e pela sociedade de consumo nessa experiência de tempo em que o horizonte de expectativas parece não conseguir ultrapassar o presente. Há cada vez mais um rápido avanço das inovações tecnológicas e um aumento das exigências dessa sociedade, que perpassam pela produtividade e flexibilidade. Os objetos e os homens se tornam, de forma cada vez mais rápida, obsoletos.

O tempo é, ele mesmo, entendido como um objeto de consumo. Existe uma rápida busca por benefícios e esse tempo como mercadoria é sabiamente utilizado pela mídia, que sempre se utiliza do fato de conseguir transmitir acontecimentos em tempo recorde, além de trazer para o presente acontecimentos do passado que são expostos de forma sucinta e ágil. Por exemplo, um movimento que perdurou dez anos pode ter sua história reduzida a uma apresentação de vinte minutos. A busca pela notícia em primeira mão faz com que o acontecimento que está ocorrendo em tempo presente já seja

2018

considerado como algo passado, bem como busca previsões daquilo que está por vir, trazendo dessa forma também o futuro para o tempo presente.

Passado e futuro não deixam de fato de existir, mas a forma como o homem com eles se relaciona é diferente, pois é o presente quem produz os dados que conclui serem necessários para este. Assim como são almejadas previsões para um futuro que se insere no próprio presente, também há uma busca por acontecimentos passados, uma busca por memórias, raízes e identidades. “O presente tornou-se o horizonte. Sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato” (HARTOG, 2014, p. 148). Não se recorre a esse passado em busca de aprendizagem, mas sim para atender as necessidades de um tempo presente que produz informações a partir dele e para ele.

Na década de 1970 se observa um crescimento da preocupação com a conservação, seja de paisagens, monumentos, objetos, modos de vida, entre outros, e com a defesa do meio ambiente. Há um aumento do movimento memorial, da museificação de centros históricos e a ascensão do patrimônio. A produção de arquivos aumenta de forma vultosa e estes passam a ser pesquisados e recuperados pelo presente como forma de preservar a história, a memória e o patrimônio da nação.

De acordo com Hartog (2014), o presentismo, representando uma crise na concepção de história e tempo do regime moderno, traz à cena novas relações estabelecidas entre história e memória. Se anteriormente a história era única e universal, surge então a noção de memória coletiva, que coloca essa história como uma das possíveis memórias pertencentes aos tantos grupos que coexistem na sociedade.

Casadei (2010), ao analisar a obra de Maurice Halbwachs, o primeiro a conceituar o termo memória coletiva, aponta que este autor foi o primeiro a pensar na dimensão da memória que ultrapassasse o plano individual. Segundo a autora, a estrutura da obra de Halbwachs, intitulada *Les Cadres Sociaux de la Memoire*, de 1925, está centrada na ideia de que o indivíduo não lembra sozinho, sendo a memória perdida se este se afasta do grupo ao qual esta memória estava ligada. Desta forma, nenhuma lembrança pode existir apartada da sociedade.

Halbwachs, de acordo com Casadei (2010), discute que a memória está ligada a um aparato social, pois a memória individual é construída a partir da vivência que uma pessoa experimenta em diferentes grupos sociais dos quais sofre influência. Desta

2018

forma, diferentes pessoas são capazes de guardar diferentes memórias, pois a forma como se relacionam com esses grupos e por eles são influenciadas é distinta.

Desta forma se observa que a memória é um fato social, tendo o indivíduo participação em sua memória individual, mas que está diretamente ligada a grupos sociais nos quais se insere, e uma combinação de várias memórias coletivas. Quanto mais acelerada for a vida social, maior será a produção de memórias coletivas. Segundo Casadei (2010, p. 156): “Assim as memórias não estariam materializadas nos corpos ou mentes, mas na sociedade circundante, através dos diversos grupos que a compõe”.

Sendo assim, são as representações coletivas que possibilitam a atividade de memória. Existe a necessidade de outras pessoas para que seja possível legitimar as próprias recordações do indivíduo. Para ter acesso a seu passado, é preciso recorrer à lembrança dos outros.

Hartog (2014), ao discutir as contribuições de Halbwachs na conceitualização de memória coletiva, aponta que, para este autor, havia uma linha divisória bastante clara entre história e memória, sendo possível para a história apenas acessar o passado se colocando fora do tempo vivido por aqueles que foram contemporâneos ao acontecimento, pois só aqueles que o vivenciaram teriam uma lembrança deste, enquanto a memória coletiva reteria do passado aquilo que ainda se encontrava vivo em sua lembrança.

Essa oposição entre história e memória é repensada, segundo o autor (2014), a partir dos estudos de Nora e sua obra *Lieux de mémoire*. História e memória passam a ser vistas não como opostas, mas como possíveis de servir uma à outra. Nora busca mostrar que a memória também tem sua história, e o historiador passa a ser visto como alguém que também está inserido na memória coletiva, e esta se mostra como um importante instrumento para se pensar em uma história contemporânea. Essa história estaria relacionada a uma nova forma de apreensão do tempo pelo homem, uma história inserida no tempo da sociedade de consumo, onde o próprio tempo é um objeto de consumo. Sendo assim, esta busca pela memória seria uma demanda da história.

De acordo com Hartog (2014), a obra de Nora estabelece um contraponto com a obra de Halbwachs, debatendo que a multiplicação das memórias coletivas não está apenas relacionada ao efeito de aceleração que ocorre na sociedade, mas sim a uma ruptura com o passado. Desta forma, a invocação da memória não estaria ocorrendo devido a seu desaparecimento, a um esquecimento desse passado, mas sim devido a

2018

uma ruptura com o campo de experiência que está representado por esse passado. Os grupos sociais invocam a memória como fonte de trajetórias e tradições, pois estabelecem uma relação com o passado que está inserida em uma nova experiência temporal. O passado não é mais pensado como fonte das experiências retidas para se preparar o futuro, mas se parte do presente para significar o próprio presente.

Segundo Hartog:

Assim esse presente que reina aparentemente sozinho, “dilatado”, vaidoso, revela-se inquieto. Ele gostaria de ser o ponto de vista sobre si mesmo e descobre a impossibilidade de se manter. No limite da ruptura, ele se mostra incapaz de preencher o espaço que ele mesmo abriu, entre o campo de experiência e o horizonte de espera. O passado bate à porta, o futuro na janela e o presente descobre que o solo desmorona sob seus pés (HARTOG, 1996, p. 139).

Para o autor (1996), as mudanças nesta nova experiência com o tempo e as novas relações que o presente passa a estabelecer com o passado e com o futuro são caracterizadas por três palavras principais: memória, sendo esta uma memória voluntária, sobre a qual se faz um esforço consciente de lembrança e da qual a história se utiliza para sua escrita; patrimônio, que vem acompanhado de ideias como defesa, promoção e valorização; comemoração, que tenta conciliar memória, mensagens políticas e pedagogia, definindo um novo calendário para a vida pública.

A palavra identidade passa a ocupar lugar central nos anos 1980, tendo como seus principais vetores a memória, o território, a história, o patrimônio e a nação. Esses anos vivenciaram a retomada da história nacional, que para o autor se configura em uma forma retrospectiva e nostálgica de se pensar a nação, posto que a associação desta com um progresso a ser conquistado não era mais vislumbrada.

Nesta retomada da história nacional é possível observar que ela não era contada da mesma forma, mas sim questionada, revista, tomada a partir de inquietações do presente, para atender a demanda deste próprio presente. “Aqui também, o presente fornece o ponto de partida, o ponto de vista e o ponto de chegada para questionar o nacional” (HARTOG, 2014, p. 182).

Em fins do século XX, se observa, segundo Hartog (2014), uma mudança na concepção de nação. Mudança esta que caminhou de uma concepção de não histórica, desenvolvida na modernidade, ligada diretamente ao Estado e, portanto, impulsionadora de nacionalismos, com ênfase na história política, para uma concepção de nação

2018

memorial, que enfatiza o social e o cultural, que toma a nação como patrimônio, onde a unidade política não se configura como foco de união desta nação, mas há uma busca pela memória que contribua para significar o pertencimento cultural a um grupo.

Mas, hoje, o privilégio da definição da história-memória nacional tem a concorrência ou é contestado em nome de memórias parciais, setoriais, particulares (de grupos, associações, empresas, coletividades etc.), que querem se fazer reconhecer como legítimas, tão legítimas, até mesmo mais legítimas. O Estado-nação não impõe mais os seus valores, mas preserva mais rápido o que, no presente, imediatamente, mesmo na urgência é tido como “patrimônio” pelos diversos atores sociais (HARTOG, 2006, p. 269-270).

Portanto, nação, história e memória se configuram em elementos essenciais para a construção da identidade, mas com uma concepção de nação diferenciada, desnacionalizada, uma busca por legitimação de memórias de grupos particulares. Esses elementos se ligam assim a esse momento de ruptura, ao presentismo, na busca de reconhecer o seu eu olhando do presente para um passado que se considera importante por trazer conexões culturais que possam ser estabelecidas entre esses diferentes grupos.

Memória, história e identidade: entre escolhas e esquecimentos

A memória é uma categoria de fundamental importância na construção da identidade dos indivíduos. O ato de recordar demonstra a relação que os indivíduos estabelecem com as experiências de tempo, pois se trata de uma forma de se relacionar com seu percurso no passado para o estabelecimento de projetos e abertura de expectativas no presente e no futuro. A partir da rememoração, o indivíduo toma consciência de si e de seu lugar social, posto que, de acordo com Fernando Catroga (2001), a memória individual, apesar de pessoal e subjetiva, é formada pela coexistência tensional de diversas memórias, entre elas as pessoais, regionais e familiares. Desta forma, o indivíduo só toma consciência de si em comunicação com os outros.

Segundo Catroga:

[...] reconhecendo-se, estranhando-se ou distanciando-se do que foi, o sujeito atualiza sem cessar a unidade do seu eu (que também o diferencia dos outros), em diálogo (passivo ou não) com passados comuns e na retro-projeção de um determinado sentido para a vida. Por este, o percurso biográfico aparece, na ordem explícita do recordado, como um itinerário que vai realizando a sua identidade, construção que é trabalho psicológico necessário para a formação da

personalidade e para um quotidiano não patológico (CATROGA, 2001, p. 28).

Desta forma, para Catroga (2001), os indivíduos são ligados pelo imaginário da memória a grupos e entidades, e esta memória faz com que estes indivíduos sejam lembrados mesmo após sua morte, através de gerações, pois tem como característica a continuidade da narrativa dos acontecimentos, buscando manter viva a lembrança daquilo que já passou.

Se a memória é responsável por conservar essas lembranças e também por inserir os indivíduos em diferentes grupos, é ela também fundamental na sua construção identitária. Essas identidades são construídas e renovadas através do tempo, pois se trata de um produto social, e está ligada a uma seleção feita dos acontecimentos do passado que são aceitos e reconhecidos no presente.

A memória coletiva é assim composta por lembranças individuais de fatos vividos ou que foram repassados, mas que pertencem também a uma comunidade. É essa memória, inserida em um contexto social e histórico, a responsável por fundamentar a identidade desta comunidade e da percepção do indivíduo sobre si mesmo e sobre o grupo social do qual faz parte. A memória, portanto, se faz presente em cada visão de mundo, crenças e formas de agir e pensar dos indivíduos de um determinado grupo. A memória, deste modo, não se reduz somente ao ato de recordar, mas traz consigo potencialidades como as que conformam identidades e relações de poder, e se apresenta como importante fonte de produção e análise de conhecimento histórico.

A memória, segundo Catroga (2001), é seletiva. O indivíduo não é capaz de recordar a totalidade daquilo que já passou, mas somente partes. O que é recordado está diretamente ligado a uma retenção afetiva e também com a relação que o indivíduo estabelece com as temporalidades do presente, passado e futuro, pois ao recordar, não apenas se está rememorando acontecimentos, mas se parte de uma dada situação presente, que evoca uma recordação do passado, e esta retrospectiva se mostra a partir da memória para o indivíduo trazendo uma situação que ocorreu no passado, mas da forma como ela aconteceu naquele presente.

Assim, o indivíduo preenche os vazios daquilo que não consegue recordar com a ficção, que se mistura com a verdade factual, pois seu desejo é alcançar uma visão do final desta recordação, que está diretamente relacionada às intenções determinadas pelo

2018

presente para este indivíduo. Sendo a memória subjetiva, é partindo das necessidades e valores do presente que cada indivíduo invocará sua representação do passado, a fim de que “[...] cada presente construa a sua própria história, não só em função da onticidade do que ocorreu, mas também das necessidades e lutas do presente” (CATROGA, 2001, p. 22).

Observamos assim que também a memória, bem como a história, se mistura com a ficção para construção de suas narrativas, buscando o auxílio desta última para preencher as lacunas que são deixadas pelo factual. Koselleck já debatia a relação entre história e ficção, como já exposto no presente trabalho, frente à impossibilidade do discurso historiográfico recuperar de fato o que passou. Da mesma forma, o indivíduo se utiliza da ficção para preencher as partes dos acontecimentos que não é capaz de recordar, se utilizando desta representação do passado de forma que atenda suas necessidades no presente.

Segundo Margarida Neves (1998), o conceito de memória é abrangente e assume múltiplas vozes em todas as suas potencialidades:

O conceito de memória é crucial porque na memória se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade; o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação (NEVES, 1998, p. 218).

Refletindo sobre a memória enquanto categoria que cruza as diferentes temporalidades, observamos que esta característica se relaciona com a forma como cada indivíduo se conecta com seu passado, e a partir desta constrói no presente sua identidade, assim como cria uma distinção em relação aos outros. “Significa isto que a anamnese, enquanto presente-passado, é experiência interior na qual a identidade do eu unifica a complexidade dos tempos sociais em cada vida individual que participa” (CATROGA, 2001, p. 16).

Assim sendo, o indivíduo realiza essa anamnese, esse esforço voluntário de rememoração de seu passado para significar sua identidade no presente, mas também se conecta a esse passado de forma a estabelecer suas expectativas em relação ao futuro. Da mesma forma que recorre ao passado tomando-o como seu campo de experiência,

2018

essa rememoração também concede elementos que alargam o horizonte de expectativas. A memória torna possível a transmissão e a perpetuação de heranças identitárias mesmo que determinado indivíduo em vida não se faça mais presente.

Catroga (2001) aponta que o século XIX pode ser reconhecido como o século da memória e o século da história. Esta denominação se relaciona diretamente com a construção e o reconhecimento de identidades coletivas que se formarão a partir da busca pelo passado por indivíduos, famílias, associações, Estados – nação, enfim, conjuntos que englobam memórias coletivas e organizam elos sociais, para que estes possam se legitimar frente às transformações sociais e culturais que se faziam presentes desde meados do século XVIII.

Aqui a invocação do passado assume uma concepção de busca pela evolução tanto individual como coletiva. Existe uma crença no progresso, que faz com que essa busca pelo passado não seja um mero saudosismo, mas uma busca de conexões que fosse capaz de estabelecer elos entre diferentes indivíduos.

Observamos também aqui o relevante papel do Estado-nação nesta tarefa de rememoração do passado em busca de elementos que fossem capazes de estabelecer uma ligação entre os indivíduos e construir uma identidade nacional. Como em todas as atividades de recordação, são realizadas escolhas, que também implicam em silenciamentos e esquecimentos. Nesta seleção de elementos existia uma escolha clara por dados que colaborassem para uma concepção integradora da memória, bem como para uma visão eurocentrada e linear do tempo histórico.

Michael Pollak (1989) discute a existência de duas memórias, a memória oficial, que seria a memória estabelecida pelo Estado nacional, oficial, da sociedade englobante; e a memória subterrânea, ligada aos grupos minoritários, de culturas dominadas e silenciadas. Essas memórias subterrâneas realizam seu trabalho de subversão em silêncio e ganham espaço em momentos de crise, fazendo com que estas memórias entrem em disputa. O silêncio estabelecido pela memória oficial buscando uma dominação ideológica sobre estas culturas minoritárias não conduz a um esquecimento, mas gera uma resistência.

De acordo com o autor, as memórias coletivas, entre elas a memória nacional, são estabelecidas para reforçar a coesão de grupos sociais e criar sentimentos de pertencimento a diferentes coletividades, como igrejas, famílias, partidos e nações. Para manter a coesão desses grupos, existe um enquadramento, um limite da memória, que

2018

exclui as memórias subterrâneas. O passado é assim reinterpretado em função das necessidades que se apresentam no presente e para o futuro.

A partir das contestações das crenças em postulados como a evolução e o progresso, as concepções em relação à memória também começam a se transformar. Observamos aqui um momento de crise e de transformações bruscas como discutido por Pollak (1989), momento em que as memórias silenciadas buscam mostrar sua força e resistência. No presentismo, no tempo da sociedade de consumo, os indivíduos vão cada vez mais se afastando de suas ligações com as grandes memórias que eram estabelecidas por grupos como família, igreja e nação. A própria ideia de um futuro que se deseja alcançar vai se enfraquecendo, e no lugar de uma visão continuísta do tempo se encontra uma descontinuidade e uma nova concepção de pluralidade de mundos, de tempos sociais e de sistemas culturais.

Novas formas de concepção de tempo são assim vislumbradas, bem como novas formas de compreender e vivenciar a memória, e novos elos podem ser estabelecidos nesta pluralidade de histórias, vivências e de grupos sociais que passam a reivindicar para si a significação de suas memórias e a construção e legitimação de suas identidades.

Considerações finais

Nestes debates historiográficos que trazem à cena uma nova concepção sobre história, o pensar sobre o outro, que foi assim entendido por um pensamento colonial dominante europeu, se apresenta como fator de extrema relevância. Busca-se uma visão diferenciada da anterior concepção da história como um todo homogêneo, onde se possam reconhecer as trocas culturais e tecnológicas, onde se possa reconhecer que o pertencimento a um grupo ou a uma cultura não está relacionado meramente a questões territoriais, onde essas trocas, que são constituintes do processo de globalização, já não mais nos permitam tratar de uma história mundial, mas sim de múltiplas histórias. Abre a possibilidade de analisar as histórias sob diferentes olhares, e não sob uma visão única e uniformizadora, pensar fora do lugar comum, pensar, de fato, quem é o “outro”, redescobrimo o lado que foi oculto pela modernidade.

Essa visão nos coloca não apenas o reconhecimento do outro, de sua história, de seus saberes e suas contribuições dentro de diferentes culturas. Mostra-nos um olhar

2018

diferenciado, um entendimento de que se faz necessário assumir perspectivas diferentes das hegemônicas para que sejam compreendidas as matrizes culturais de diferentes povos e também sua visão de mundo e a forma como interpretam e utilizam conceitos e ideias comuns a um mundo global.

Referências bibliográficas

CASADEI, Eliza Bachega. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 108, p. 153-161, mai. 2010.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul.-dez. 2006.

_____. *Experiências do tempo: da história universal à história global?* *História, Histórias*, Brasília, v. 1, n. 1, 2013.

_____. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. 1. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RJ, 2006.

_____. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Trad. Luciana Villas Boas Castelo Branco. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

NEVES, Margarida de Souza. História e memória: os jogos da memória. In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access, 1998.

2018

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.